

PROFESSORES QUESTIONAM A DIFÍCIL SITUAÇÃO DA PUC-SP

O PUCviva reproduz nesta semana dois documentos de diferentes departamentos da Faculdade de Ciências Sociais que levantam a voz contra a situação de penúria acadêmica vivida pela universidade.

No primeiro deles o Departamento de Política Social e Gestão Social do Curso de Serviço Social questiona a redução das chamadas horas de pesquisa Cepe (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão). Analisando a diminuição das horas de pesquisa os professores daquele departamento concluem que "num momento em que a universidade vem buscando um melhor posicionamento na sociedade para difundir seu nome e sua marca institucional entendemos que não será a partir de redução de horas contratuais, em especial de horas pesquisa que aqueles intentos serão alcançados".

Já o departamento de Política mostra a sua preocupação contra uma série de medidas de redução de custos que prejudicariam em muito a qualidade acadêmica da universidade. Os professores sugerem que estas medidas passem por ampla discussão nos conselhos da universidade

(veja a íntegra dos documentos na página 4 desta edição).

PAGAMENTO RETROATIVO

Conforme divulgamos em nossa edição anterior, professores e funcionários receberam seus salários já com o reajuste de 6,37%, correspondente à reposição inflacionária, no pagamento referente ao mês de março.

Porém, o que muitos professores esperavam não aconteceu, ou seja, aquela diferença salarial referente a não autorização de abertura de turmas (que posteriormente foram validadas) não aconteceu. Até o fechamento desta edição a Divisão de Recursos Humanos ainda não havia terminado a apuração dos professores que não receberam os salários adequadamente. Espera-se que até esta semana seja apresentada uma solução pela universidade.

A APROPUC enviou carta à Fundação São Paulo pedindo uma reunião para discutir a questão. A entidade entende que as horas devem ser pagas, pois tratam-se de aulas efetivamente ministradas pelos professores.

DEBATES RELEMBRAM 50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964

A semana passada foi marcada por diversos debates que "descomemoraram" os 50 anos do golpe que culminou nos 21 anos da Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Diversos centros acadêmicos e coletivos organizaram eventos onde foram debatidos os papéis das mulheres, dos estudantes, a atualidade da Ditadura, a falsa redemocratização, entre outros temas.

Ocupação Esperança É COLOCADA EM DEBATE

A Ajup (Assessoria Jurídica Universitária Popular) organizou um debate sobre a Ocupação Esperança em Osasco, na quinta-feira, 10/4, na PUC-SP. Participaram da atividade a militante do movimento Luta Popular Helena Silvestre, a assistente social Fernanda Carpanelli e o jornalista da revista Vaidapé Roberto Oliveira.

Na ocasião, foram discutidos a situação da Ocupação,

O destaque da semana ficou para as palestras organizadas pelos centros acadêmicos 22 de Agosto e Barão do Rio Branco, que trouxeram diversos juristas e professores para relembrar os anos da Ditadura e debater o envolvimento da PUC-SP no combate ao regime. Nesta semana, outros debates ocorrerão na PUC-SP. Confira nas páginas 2 e 3 os debates da última semana.

ção, a organização do Luta Popular, os movimentos sociais e sua criminalização por parte da mídia e a função social da universidade diante desse tipo de mobilização. Atualmente, a Ocupação Esperança é composta por quase mil famílias que lutam há cerca de sete meses em busca de moradia digna, tentando negociar com as autoridades sem sucesso. Veja matéria na pág. 3.



Militantes da Ocupação Esperança seguram faixa criticando o governo estadual

Continuam as moções de solidariedade à professora Bia

No dia 30/4 acontece a sessão ordinária do Conselho Universitário, Consun, que deverá discutir os recursos impetrados pela APROPUC e pela profesora Bia Abramides, no sentido de que seja considerada a nulidade da pena imposta pela reitora nomeada à diretora da APROPUC.

Embora a reitora tenha declarado em carta à comunidade que o pedido deveria tramitar no Consad, Conselho de Administração, por ser de natureza administrativa, o processo mostrou-se claramente de

cunho político, redundando em punição que afeta tanto à professora, como a associação que ela dirige.

Por outro lado, na sessão ordinária de março, ao ser apresentado o pedido da APROPUC, a reitora nomeada informou que seria necessário um relator para que a petição pudesse entrar em pauta e que isto deveria ser providenciado a tempo de o recurso entrar em pauta no dia 30/4.

Esta semana, enquanto a comunidade aguarda a realização do Consun no dia 30/4, mais moções de

solidariedade chegaram à nossa redação. A seguir reproduzimos algumas delas:

Cheila de Jesus Queiroz; Vinicius Becker de Souza - Assistente Social; Marina Brockhof Bueno de Oliveira Malta; Vanessa Panerari Rodrigues - Assistente Social; Fernando Moreira dos Santos - Assistente Social; Maria Conceição Silva - Assistente Social; Maria Aparecida Mendes Da Silva - Assistente Social; Aline Felipe Barreto; Edinilce Aparecida Corrêa Leme; Anderson Massao Tobita; Vanessa hacon; Beatriz Bi-

ella Moreira Martins De Souza; Sabrina Carvalho

Sou formado pela PUC-SP onde também fiz doutorado, iniciei e consolidei minha carreira de professor universitário. Relembro sempre a grandeza dessa instituição e sua importância na instauração de processos democráticos na vida acadêmica e política do país. Para mim é, pois, inconcebível essa atitude de perseguição política e de cerceamento do direito à livre manifestação.

Dermeval Saviani

CA 22 de Agosto debate 50 anos do Golpe Militar

O CA 22 de Agosto, do Direito, com a gestão #vempro22, e o CA Barão do Rio Branco, de Relações Internacionais, com a gestão CARI com CARA 2014, organizaram durante a última semana diversas palestras para lembrar os 50 anos do Golpe Militar que instaurou uma ditadura no país durante 21 anos. Na terça-feira de manhã, a professora do Serviço Social Beatriz Abramides, diretora da APROPUC, participou da mesa que relatou os ataques militares à PUC-SP e a resistência dos estudantes. Ao seu lado, na mesa, o professor Laurindo Leal Filho, da ECA-USP e ex-professor da PUC-SP, também rela-

tou sua experiência. A professora Bia relembrou as torturas, as perseguições, e principalmente o papel de resistência da reitora Nadir Kfoury, que na época declarou ao coronel Erasmo Dias que não apertava mão de assassinos, além de tentar impedir a entrada dos militares no campus Monte Alegre, e lembrar da resistência exercida pelos estudantes e das torturas sofridas.

Professores e estudantes da universidade foram presos, torturados, mortos e permanecem até hoje desaparecidos. O professor Laurindo contou sua trajetória acadêmica e relembrou que a PUC-SP foi a primeira universida-

de onde deu aula, além de lembrar como a PUC-SP foi polo de resistência ao regime ditatorial, com diversos estudantes organizados em coletivos que combatiam os militares, além de muitos professores.

Na segunda-feira, 7/4, Antonio Rago Filho, pro-

fessor de História da PUC-SP, Henrique Carneiro, professor de História da USP, e José Paulo Florenzano, professor de Ciências Sociais da PUC-

continua na próxima página

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Marina D'Aquino, Ana Gabriela Coelho e Marcela Reis

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

continuação da página anterior

SP, debateram o significado dos 50 anos do golpe militar no Brasil.

A noite, Alvaro Bianchi, professor de Ciência Política da Unicamp e Damiano de Lima Trindade, procurador do Estado de São Paulo, trouxeram o debate aos estudantes.

No dia 9/4, Antônio Mazzeo, professor de Ciências Sociais da Unesp, Guilherme Duarte, dos Advogados Ativistas, Gustavo Junqueira, defensor público e professor de Direito da PUC-SP e Zezé Menezes, do Núcleo de Consciência Negra da USP debateram os dias atuais e provaram que, mesmo com a “redemocratização”, a sociedade ainda está carregada de resquícios da ditadura.

Na quinta-feira, 10/4, Marcelo Ridenti, professor de Sociologia da Unicamp e autor da obra de doutorado “O fantasma da revolução brasileira - raízes sociais das esquerdas armadas, 1964-1974”, relatou a experiência de guerrilhas durante a ditadura e analisou os sucessos e fracassos dos grupos organizados para o conflito armado com os militares.

A semana foi encerrada com um debate sobre a operação Condor, na manhã de sexta-feira, com Jusaramar Silva, doutoranda na PUC-SP, Vera Lucia Vieira, professora do departamento de Ciências Sociais da PUC-SP, Viviane Tessitore, do Centro de Documentação e Informação Científica da PUC-SP e o jornalista Jan Rocha, fundador do grupo Clamor, que denunciava abusos de Estado na América do Sul, inclusive a ditadura militar no Brasil.



Marcela Reis

Em atividade realizada pela Ajup, convidados discutem a questão da Ocupação Esperança e dos movimentos sociais

PUC-SP debate situação da Ocupação Esperança

Na quinta-feira, 10/4, às 19h30 foi realizada uma atividade sobre a Ocupação Esperança em Osasco, no auditório 333 da PUC-SP. A mesa de debate, mediada pela aluna de Direito e representante da Ajup (Assessoria Jurídica Universitária Popular) da universidade Elisa de Oliveira, foi composta pela militante do movimento Luta Popular Helena Silvestre, pela assistente social Fernanda Carpanelli e pelo jornalista da revista Vaidapé Roberto Oliveira.

Helena contou sobre a trajetória da Ocupação Esperança, que hoje é composta por quase mil famílias que há cerca de sete meses lutam e se auto-organizam para encontrarem uma solução digna para a falta de moradia em Osasco. As famílias já chegaram a ocupar o mesmo terreno público cerca três vezes sem sucesso algum.

Recentemente, a prefeitura de Osasco declarou à juíza que cuida do caso da Ocupação, que não irá negociar com os moradores, mas não é a favor do despejo. Na próxima terça-feira,

15/4, as famílias se reunirão com a prefeitura para tentarem chegar a um acordo. Segundo Helena, "se a prefeitura não negociar, nós vamos radicalizar".

O movimento Luta Popular, que organiza a Ocupação, surgiu a partir do diálogo com coletivos diversos, que traçavam projetos culturais, educacionais e de saúde para a população, quando os militantes se depararam com um problema maior: o da falta de moradia. Porém, os militantes não classificam o movimento como luta por moradia, mas como movimento territorial da luta de moradores, visto que eles também lutam por outra lógica de cidade, de sociedade e de sistema.

De acordo com a Constituição de 1988, toda terra deve cumprir uma função social e o Governo Federal não procura seguir a lei, como no caso da Ocupação. Além disso, a moradia é um direito fundamental, que se choca com outro direito - alimentado pelo capitalismo - que é o direito à propriedade privada. Roberto falou sobre a criminaliza-

ção dos movimentos sociais por parte da grande mídia, que oculta, inverte, descontextualiza e induz a realidade. O caso da Ocupação Esperança quase não é retratado nos grandes meios de comunicação, e quando é, a visão passada é deturpada e visa à criminalização. Ele também reforçou a importância das lutas conjuntas, para fortalecer os movimentos sociais a fim de chegar a um projeto de totalidade.

Já Fernanda focou sua fala na educação, que atualmente é usada como engrenagem do capitalismo e não como direito de todos. Falou também do papel social da universidade, que deve ser aproveitada em prol dos movimentos sociais. O Luta Popular não pode ser uma entidade acima das pessoas, pois elas devem construir o movimento e não o inverso. Helena, ao ser questionada sobre como a Ocupação pode ser ajudada, responde que o melhor jeito é sendo sujeito como os moradores, construindo junto, e não sendo apenas parceiro.

MANIFESTAÇÕES DE DEPARTAMENTOS DA
PUC-SP SOBRE A SITUAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Sobre a redução de horas pesquisas (Cepe)

O departamento de Política Social e Gestão Social, em reunião realizada no dia 17/3, vem manifestar sua estranheza em relação ao corte de horas pesquisa concedidas pelo Cepe a todos os pesquisadores que tiveram seus projetos aprovados no ano de 2013, pelo período de um ano e em especial no que se refere ao caso da pesquisadora deste departamento, professora Dra. Rosângela Dias Oliveira da Paz, coordenadora do projeto de pesquisa, intitulado "Avaliação do trabalho social e dos impactos na vida das Famílias no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município de Osasco/SP" resultado do Edital Público CNPq - Cha-

mada Pública - MCTI/CNPq/MCIDADES N° 11/2012.

De acordo com o "Regulamento do programa de apoio e incentivo à pesquisa docente da PUC-SP" que define em seu artigo 3°, parágrafo 1°, o prazo de 12 meses para concessão de 10 horas contratuais ao docente pesquisador é de se perguntar as razões que estarão levando a PUC-SP a cancelar horas já concedidas aos seus pesquisadores.

A pesquisa acadêmica é fundamental ao desenvolvimento, aperfeiçoamento e consequentemente à excelência do ensino para uma universidade. Projetos interdepartamentais e interinstitucionais, como o coordena-

do pela professora Rosângela Paz, deveriam ser amplamente apoiados pela universidade.

A pesquisadora teve aprovada sua pesquisa no edital acima mencionado, o que é importante demonstrativo de qualidade acadêmica, e somente num segundo momento buscou apoio na universidade.

Há argumentos de que os contratos dos professores, na PUC-SP, já preveem horas a serem dedicadas à pesquisa. Isso realmente era uma realidade quando da vigência da Deliberação 67/78. Após inúmeras modificações nas regras que regem os contratos de trabalho, em especial com a maximização ocorrida, a partir de

2006, não é mais possível tal afirmação!

Muito nos preocupa essa atitude. Num momento em que a universidade vem buscando um melhor posicionamento na sociedade para difundir seu nome e sua marca institucional entendemos que não será a partir de redução de horas contratuais, em especial de horas pesquisa que aqueles intentos serão alcançados. A pesquisa é elemento fundamental para a produção de conhecimento e para que a Universidade cumpra plenamente sua missão.

*Professores do Departamento de Política Social e Gestão Social
Curso de Serviço Social, Faculdade de Ciências Sociais*

A difícil situação da PUC-SP

À comunidade puquiana

Os professores do Departamento de Política, reunidos em 8/4, diante da grave situação acadêmica de nossa Universidade, evidenciadas pelo fechamento de turnos e turmas; extinção de

cursos; elaboração de lista de demissão de docentes titulares e associados; denegação de horas-pesquisa com base em regulamento obsoleto e ausência de política científica manifestam preocupação com a situação da PUC-SP.

Diante da avaliação re-

alizada pela CACOF relativa à produção dos docentes associados e titulares; o imperativo documento de recredenciamento de professores dos programas de pós-graduação e o anunciado PDV (Plano de Demissão Voluntária) constata haver medidas de redução de

custos da universidade que prejudicam a qualidade acadêmica.

Instamos os colegas e, especialmente, os órgãos colegiados a pautar em suas agendas essa discussão urgente.

Departamento de Política da PUC-SP

FALA COMUNIDADE

Sobre a verdade e outros quejandos

Valdir Mengardo

Na quarta-feira, 02/4, a PUC-SP sediou mais um eloquente ato da Comissão da Verdade reitora Nadir Gouvêa Kfourri. Desta vez foi inaugurado um totem, nos jardins do Tuca em homenagem aos presos e torturados pela ditadura militar.

Está fora de nossa intenção questionar o brilhantismo e a pertinência do ato, porém gostaríamos de esclarecer alguns fatos. Durante o evento, um aluno, que se identificou como integrante da Comissão da Verdade, leu uma carta, escrita pelos estudantes da Comissão e que, além de ressaltar a importância daquele ato para a memória política brasileira, afirmava ao final, de forma metafórica, porém evidente, a condenação da atual gestão da PUC-SP: "Que todos aqueles que forem nomeados sem o aval e a vontade do povo não consigam dormir, diante de símbolos como esse memorial e diante da lembrança dos que já lutaram e dos que lutam até hoje por um mundo melhor!", dizia o orador.

Infelizmente o texto, em nossa edição 903, foi creditado como de autoria de toda a Comissão da Verdade, e não simplesmente como sendo de alguns de seus membros. Antes que o jornal impresso circulasse, visuali-

zando a sua versão online, os professores da Comissão pediram ao **PUCviva** que retificasse a informação. Porém o documento exigia que se suspendesse a circulação do periódico na segunda-feira até que o texto fosse substituído. Depois de alguns entendimentos entre a APROPUC, a Comissão da Verdade e o editor deste jornal ficou acordado que publicaríamos uma errata na mesma edição, através de uma página extra, onde constariam a carta da Comissão e as explicações da diretoria da entidade e do jornal.

Dito isto gostaria de reafirmar minha admiração pela Comissão da Verdade e por todos aqueles que nela militam, por entender que instrumentos como este são fundamentais para a reconstrução da memória nacional. Faço esta afirmação na condição de cidadão que militou durante toda ditadura militar para que a liberdade de expressão e organização fosse respeitada. Em 1969 sofri, por alguns dias, prisão domiciliar e respondi a processo político durante um ano tendo que frequentar as atapetadas sala do DOPS pelo menos uma vez por mês, tudo por conta de uma participação, como compositor, em um festival de música em São Paulo. Em setembro de 1977 sofri outra prisão aqui no campus Monte Alegre nas garras do fami-

gerado coronel Erasmo Dias. No final dos anos 70 e começo de 80, já como jornalista, militei na imprensa alternativa. No jornal Movimento, como integrante da equipe gráfica, tinha a triste função de substituir os textos censurados pela polícia federal, colocando em seu lugar um singelo anúncio, para que o leitor entendesse que a censura estava ali presente.

Por tudo isto, e por entender a grandeza da Comissão da Verdade, causei-me certa estranheza o pedido de suspensão da edição, principalmente porque este ato é inconcebível para a prática jornalística atual. Uma correção como esta demandaria um atraso de três dias em nossa edição, o que certamente prejudicaria enormemente a divulgação de informações.

Existem mecanismos, previstos na Lei de Imprensa para que erros desta natureza sejam sanados, um deles é a publicação de matéria, na edição posterior, no mesmo espaço onde ocorreu a incorreção. Dada a nossa consideração para com a Comissão optamos por fazer circular a errata na mesma edição e em espaço bem maior do que aquele ocupado pela citação equivocada.

O que também me incomodou um pouco foi saber que a dúvida quanto ao caráter de nossa informação partiu de amigos queridos, que sabem

muito bem que o **PUCviva**, diferentemente de boa parte da imprensa que falseia criminosamente a verdade, sempre militou por uma universidade autônoma e democrática que se identificasse plenamente com os legítimos movimentos sociais de nosso país.

Torço para que todo este episódio tenha refletido somente um excesso de zelo da Comissão para com a verdade, verdade esta que deve ser esclarecida sempre da melhor maneira possível. Porém, melhor do que isto, o incidente deve servir para que ambas as partes possam rever alguns pressupostos sobre a apuração jornalística e sua relação com a verdade.

Mas, fundamentalmente, espero que tudo isto sirva para reforçar os laços de amizade e admiração que unem a APROPUC, o Jornal PUCviva e a Comissão da Verdade. Almejamos divulgar por muito tempo as atividades da Comissão na luta pela Verdade e Justiça

Valdir Mengardo é professor da PUC-SP e jornalista

PS: O texto acima reflete fundamentalmente a minha opinião enquanto jornalista e não como editor do jornal PUCviva, órgão da APROPUC e da AFA-PUC

GAUCHE NA VIDA

Guerra às drogas: usos e abusos

Cristina Maria Brites

Na quinta-feira, 3/4, ocorreu no campus Monte Alegre o último encontro do Seminário Guerra às Drogas: usos e abusos, promovido pelo NEPE-DH - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos, coordenado pela professora Dra. Lucia Barroco.

O Seminário, organizado em quatro módulos, promoveu um debate crítico sobre a hegemonia estadunidense na condução da chamada Guerra às Drogas, identificando interesses e necessidades que dão legitimidade a uma ideologia que, apesar do comprovado fracasso histórico, tem conseguido se revigorar política e culturalmente.

No primeiro módulo, a ideologia da Guerra às Drogas foi tratada em seus fundamentos e determinações históricas. A partir das elaborações lukacsianas sobre ideologia, realizou-se uma análise das origens históricas da Ideologia de Guerra às Drogas, usos e abusos cometidos no interior dessa Guerra e as expressões contemporâneas de ruptura e continuidade com essa ideologia.

O proibicionismo e o mercado ilegal de drogas foram tema do segundo módulo, no qual foram analisadas as relações entre proibicionismo e mercado ilegal de algumas drogas, violência e militarização da vida.

No terceiro encontro, o uso de drogas foi abordado a partir das transformações societárias operadas no capitalismo tardio, das mediações existentes entre necessidades sociais e a diversidade de usos das diferentes drogas, com ênfase na análise da sociabilidade e subjetividades contemporâneas.

no cotidiano do trabalho profissional na área de atenção integral à saúde dos usuários de drogas no município e região.

O debate crítico sobre o uso de drogas e o significado das respostas contemporâneas a este fenômeno complexo e multifacetado ainda não alçou a devida centralidade na

pelas valorações moralizantes e conservadoras sobre o tema. Houve, entre 2000 e 2004, na gestão da Vice-Reitora professora Branca Ponce (1), uma iniciativa inédita na tentativa de reversão desse quadro. Foi criado um Fórum de Drogas que contava com a participação aberta e direta da comunidade e procurava construir respostas democráticas em face das experiências de consumo de drogas no campus, alicerçadas, entre outros pressupostos, no reconhecimento da função social da Universidade e na clara distinção entre seu papel formador e a mera representação.

A PUC-SP dos dias atuais experimenta um quadro geral de regressão no campo das conquistas democráticas: decisões arbitrárias, perseguições políticas às lideranças históricas de esquerda, demissões, redução de contratos, fechamento de turmas e cursos, entre outras medidas que revelam uma crise institucional e política inéditas no interior de sua histórica tradição democrática. Não por acaso a atual gestão executiva da Universidade responde ao consumo de drogas de forma lapidar: intolerância e campanha publicitária lacônica, que se reduz ao apelo à norma legal e a uma concepção de liberdade avessa à convivência



Não por acaso a atual gestão executiva da Universidade responde ao consumo de drogas de forma lapidar: intolerância e campanha publicitária lacônica, que se reduz ao apelo à norma legal e a uma concepção de liberdade avessa à convivência democrática



No módulo de encarceramento, a Política de Drogas no Brasil foi analisada a partir da convivência inconciliável entre a perspectiva da saúde coletiva e a do proibicionismo, com destaque para as violações de direitos contidas nas respostas contemporâneas sobre o uso de drogas na realidade brasileira. Tratou-se também das tendências contemporâneas no cenário internacional.

O saldo dessa iniciativa do NEPE-DH pode ser avaliado pela grande procura pelas oitenta vagas disponibilizadas e pela diversidade de expectativas dos participantes - interesses de pesquisa, de formação permanente e de reflexão sobre dilemas enfrentados

pauta das lutas democráticas em curso em nosso país. Circunscrever o debate sobre o uso de drogas e suas consequências (saúde, segurança e seguridade social) à seara dos chamados especialistas (médicos e juristas) tem contribuído para sua despolitização e consequente subalternização das respostas brasileiras aos ventos reacionários e imperialistas que sopram do norte.

No caso da comunidade puquiana este cenário não é muito diferente, além de poucas iniciativas nessa direção, o uso de drogas - dentro e fora do campus - na maioria das vezes é reduzido a recomendações prescritivas baseadas na normativa legal e, em grande medida,

continua na próxima página

continuação da página anterior

democrática do espaço universitário. O incômodo da fumaça dos cigarros serve de mote para tornar o outro (o diferente) um limite à liberdade, neste caso, obviamente, concebida de forma individual e abstrata. Num contexto antidemocrático a fumaça dos cigarros é apenas um dos "poluentes" a ser combatido. Com ela, como procuramos discutir ao longo deste Seminário sobre os usos e abusos da ideologia de guerra às drogas, também se pretende dissipar práticas, comportamentos, escolhas, ideias e ideais que confrontam a ordem estabelecida e seus mecanismos de controle e dominação.

(1) Gestão 2000-2004. Reitor Antônio Carlos Ronca. Além da Vice-Reitora Comunitária, o programa contava com a assessoria direta das Professoras Beatriz Di Giorgi e Cristina Brites. O registro de tal experiência pode ser encontrado no Relatório de Gestão 2000-2004, no qual são analisados seus limites e potencialidades e as várias atividades desenvolvidas pelo programa.

Cristina Maria Brites é Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense, Polo de Rio das Ostras. Foi responsável pelo Seminário Guerra às Drogas: usos e abusos. Realiza sua pesquisa de pós-doutoramento no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC/SP, sob supervisão da Prof.^a Lucia Barroco.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

Ocupação do Complexo da Maré mostra que 1964 permanece

O Complexo da Maré, localizado no Rio de Janeiro, no sábado, 5/4, foi invadido pelo exército brasileiro, que reforçou a criminalização da pobreza e da periferia.

Ao permitir a ocupação, o Governo Federal legitimou as ações truculentas dos soldados, que entraram nas casas sem mandado, ameaçaram moradores de morte, depredaram bens da população, constrangeram crianças, prenderam coletivamente menores que protestaram diante da morte de um adolescente. Depois de cinco dias do infeliz aniversário do golpe, a Maré se lembrou de que 1964 ainda está muito presente no cotidiano.

Não há dados concretos em relação ao número de mortos e feridos, mas

está confirmado que um jovem de quinze anos morreu sem que a causa de sua morte fosse divulgada e que três adolescentes foram baleados e um faleceu. Moradores que foram presos indevidamente por tráfico de drogas, foram soltos sem reatuação alguma.

Em nota pública, diversas organizações populares e grupos articulados com elas, se posicionaram contra a ocupação e denunciaram as atrocidades cometidas pelos soldados. Segundo o exército, na madrugada de terça-feira, 8/4, soldados foram atacados por traficantes da região. Um dia antes, o exército havia reforçado o patrulhamento, devido a dois protestos pacíficos de moradores.

Trabalhadores da Flaskô reivindicam audiência pública no Senado

Até 17/6, os trabalhadores da empresa Flaskô Industrial de Embalagens precisam de dez mil assinaturas, para conseguirem uma audiência pública no Senado, a fim de que o Projeto de Lei 257/2012, proposto por eles, seja discutido. Esse projeto prevê a declaração de interesse social da empresa para fins de desapropriação.

Desde 2010, os operários da Flaskô, que correspondem a uma área de 140 mil metros quadrados, desejam sua desapropriação, visto que a fábrica está sob controle dos trabalhadores, cumprindo sua função social. E sua luta também é para que a empresa seja estatizada.

Para ajudar na campanha, basta acessar o link <http://www12.senado.gov.br/ecidania/visualizacao/proposta/audiencia?id=11662>.

Projeto de aeródromo em Parelheiros coloca em risco sistema de águas, meio ambiente e população periférica

Na quarta-feira, 9/4, quatro dos sete vereadores de política urbana de São Paulo tentaram fazer alterações no projeto de Lei do Plano Diretor, para colocar em votação a construção de um aeroporto privado em Parelheiros, região sul da cidade.

De acordo com um documento elaborado por especialistas e pesquisadores, que foi entregue no Conselho da Cidade de São Paulo, no início de março, a construção geraria diversos impactos socioambientais

irreversíveis, pois atingiria as APPs (Áreas de Preservação Permanente), o bioma da Mata Atlântica e espécies em extinção, como jaguatirica, bugio e cuíca-de-três-listras.

Além disso, com a construção do aeródromo, a região seria impactada pela valorização imobiliária e o preço das terras sofreria especulação, o que levaria à expulsão da população pobre que vive nas proximidades. O projeto também coloca em risco uma das

principais redes hídricas subterrâneas da cidade e, portanto, sua aprovação exigiria a busca de outras fontes de água mais distantes, encarecendo o sistema de captação, tratamento e distribuição. Levando-se em conta que o início do ano foi marcado pela crise no abastecimento de água em São Paulo, aceitar essa proposta é um absurdo. O governador Geraldo Alckmin defende da proposta do aeroporto privado em Parelheiros desde o final do ano passado.

ROLA NA RAMPA

Encontro Nacional debaterá educação pública

O Encontro Nacional da Campanha dos 10% do PIB para Educação Pública Já! acontecerá entre os dias 8, 9 e 10/8, no Rio de Janeiro, e diversas regiões estão construindo seminários preparatórios, que seguirão os seguintes eixos: 1- Privatização e mercantilização da Educação: das creches a pós graduação; 2- Financiamento da Educação Pública; 3- Precarização das atividades dos trabalha-

dores da Educação; 4- Avaliação meritocrática na educação; 5- Democratização da educação; 6- Acesso e Permanência; 7- Passe Livre e Transporte Público. A comissão organizadora deverá se reunir em São Paulo no dia 10/5, para garantir, além da estrutura do encontro, os pré-encontros. A sede da APROPUC abrigou os encontros preparatórios para o evento, como aconteceu no dia 7/4.

Funcionários têm desconto em ovos de Páscoa

Até o dia 14/4 é possível adquirir os produtos de diversas marcas com descontos especiais aos associados da AFAPUC. Produtos como a Colomba Pascal da marca Bauducco e ovos de Páscoa da Garoto estão com preços especiais, e o pagamento será por meio de

desconto em folha de pagamento, podendo o valor ser dividido em até 3 vezes (nos salários de abril, maio e junho de 2014). Para consultar a tabela de produtos e valores e adquirir os produtos, compareça à sede da entidade na Rua João Ramalho, 148, 7º andar.

Coletivo anticapitalista promove debates sobre Ditadura, Copa e o Feminismo

O Coletivo RUA - Juventude Anticapitalista, formado por estudantes de diversas universidades pelo Brasil inclusive na PUC-SP, organiza dois debates na terça-feira, 15/4, para discutir temas atuais e o papel das mulheres.

O primeiro debate ocorre às 9h, discutindo Mulheres e a Copa do Mundo, com a jornalista Luka Franca, ex-estudante da universidade. Pela noite, às 19h, a professora Bia Abramides, da pós-graduação em Ser-

viço Social e diretora da APROPUC, e a jornalista Rose Nogueira debatem os 50 anos do golpe militar no Brasil e a resistência das mulheres durante os 21 anos de ditadura.

Os debates acontecem no Museu da Cultura, que fica no subsolo do Prédio Velho do campus Monte Alegre. Para mais informações, entre em contato com o coletivo pela página do Facebook em www.facebook.com/rua-juventudeanticapitalista.

Consun extraordinário outorga título a professora

A reunião extraordinária do Conselho Universitário será realizada no dia 16/4, às 8h45, no Tucarena, com objetivo de outorgar o título de Professora Emérita à

professora doutora Lucrécia D'Aléssio Ferrara. A sessão é aberta ao público, e para mais informações entre em contato pelo email sgeralreitoria@pucsp.br.

50 anos do Golpe de 64 e a Filosofia no Brasil

Dentre as atividades de Seminários de Filosofia I, disciplina da graduação em Filosofia da PUC-SP, ocorrerá uma aula pública com os professores Edson Telles, prof. Adjunto do Departamento de Filosofia da Unifesp-SP, e Salma Tannus Muchail, Prof.a Emérita da PUC-SP, com mediação do Prof. Peter Pál Pel-

bart, prof. titular do Depto de Filosofia da PUC-SP, abordando os 50 anos do golpe de 64 e suas ressonâncias no debate e na pesquisa em Filosofia no Brasil. A atividade ocorrerá na data de 10/4, quinta-feira, no auditório P-65, prédio velho do campus Monte Alegre, a partir das 19h30.



ANNA COELHO

Estudantes em roda de conversa sobre a importância da legalização da maconha no Brasil

Marcha da Maconha debate legalização

Estudantes que participam da Marcha da Maconha, movimento pela legalização e descriminalização das drogas, organizaram uma roda de conversa na noite de quinta-feira, 10/4, no Bosque, para debater a importância de tal ato em relação às drogas. Usando como exemplo a legalização no Uruguai, em estados americanos e alguns países euro-

peus, os estudantes expuseram a necessidade imediata da liberação das drogas, por entender que a guerra às drogas é danosa principalmente aos jovens negros e moradores da periferia. Os estudantes também convidaram a todos para participar da Marcha, que acontecerá no dia 26/4, com concentração às 14h no Masp.